

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS AMAZÔNIAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE UMA POLÍTICA DE ESTADO

Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz

UFPA, Bragança-PA, Brasil, claudiopaz@ufpa.br

1. Introdução

O financiamento da Educação Básica constitui elemento estruturante para a garantia do direito à educação, especialmente em regiões marcadas por desigualdades históricas, como as Amazôniaas. A complexidade territorial, cultural e socioeconômica da região impõe desafios específicos à formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Nesse contexto, compreender o financiamento como política de Estado torna-se fundamental para analisar como os recursos são distribuídos e aplicados, bem como seus impactos na garantia do acesso, permanência e qualidade da educação.

No Brasil, o financiamento educacional está diretamente vinculado à efetivação do direito à educação, sendo influenciado por fatores econômicos e políticos (Pinto, 2014). A Constituição Federal de 1988 consolidou esse direito ao estabelecer a educação como dever do Estado e definir mecanismos de vinculação de recursos (Brasil, 1988). No entanto, persistem desigualdades na distribuição desses recursos, sobretudo em regiões periféricas e historicamente marginalizadas (Vieira, 2019).

No caso das Amazôniaas, tais desigualdades se intensificam devido às especificidades territoriais e socioculturais. A precariedade de infraestrutura, as dificuldades de acesso e a diversidade de demandas educacionais evidenciam a necessidade de políticas mais equitativas (Silva, 2021). Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o financiamento da Educação Básica nos territórios das Amazôniaas como política de Estado, discutindo sua trajetória histórica, seus desafios e suas possibilidades.

2. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, fundamentada na análise de marcos histórico-normativos e revisão de literatura. Utilizou-se a análise de conteúdo como técnica de interpretação dos dados, permitindo identificar categorias relacionadas ao financiamento da Educação Básica e às políticas públicas educacionais.

O estudo baseia-se em referenciais teóricos da área de políticas públicas e economia da educação, compreendendo o financiamento como política social e instrumento de intervenção estatal (Martins, 2010). Também foram analisados dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), além de produções acadêmicas que discutem as desigualdades regionais no financiamento educacional.

3. Resultados e Discussões

Os resultados indicam que o financiamento da Educação Básica no Brasil está estruturado a partir da arrecadação tributária e da vinculação constitucional de recursos, sendo operacionalizado em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios (Brasil, 1988). Contudo, esse modelo apresenta tensões relacionadas à distribuição desigual de receitas e à capacidade financeira dos entes federados.

Historicamente, o financiamento educacional brasileiro passou por diferentes fases, desde a ausência de vinculação de recursos até a criação de fundos específicos, como estratégia de

equalização (Martins, 2010). Ainda assim, as desigualdades regionais persistem, refletindo a estrutura socioeconômica do país.

Nos territórios das Amazônias, os desafios são ainda mais complexos. A diversidade territorial e cultural da região exige políticas diferenciadas, capazes de atender populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas (Gonçalves, 2005; Hage, 2005). Além disso, fatores como dificuldades de acesso, baixa infraestrutura e escassez de profissionais qualificados impactam diretamente a qualidade da educação ofertada.

De acordo com estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2023), no documento intitulado “Educação na Amazônia: desafios e oportunidades”, a taxa de analfabetismo na região é de 10%, superando a média nacional de 6%. Além disso, o incentivo à frequência escolar é menor, com apenas 81% dos alunos sendo incentivados a frequentar as aulas regularmente, enquanto fora da Amazônia essa taxa chega a 89%. Esses dados evidenciam as dificuldades no engajamento educacional nas áreas rurais amazônicas.

Além disso, outro documento do BID intitulado “Educação na região amazônica”¹ aponta baixos índices de conclusão dos estudos, evidenciando que menos estudantes estão concluindo sua educação na idade adequada na Amazônia, comparada com outras regiões. Para mais, verifica-se baixos índices de aprendizagem. O documento revela que os estudantes estão tendo um desempenho pior nas avaliações standardizadas, “sugerindo” que eles estão “aprendendo menos” do que os seus pares que vivem fora dos territórios amazônicos.

Sobre as causas, o documento sugere trajetórias tardias e interrompidas, nos casos em que muitas crianças ingressam mais tarde, deixam de estudar mais cedo do que o esperado, e/ou interrompem suas trajetórias educacionais, ocasionado, também, por barreiras ao acesso às instituições educacionais, prejudicando o ingresso e a frequência escolar dos estudantes. Outros problemas são destacados, como a educação pouco pertinente, refletida na baixa pertinência dos conteúdos aprendidos, especialmente entre os estudantes de comunidades tradicionais e no ensino médio; a indisponibilidade e qualificação docente insuficientes, pela falta de professores qualificados em localidades distantes, e a baixa qualidade da infraestrutura.

Apesar dos grandes desafios, o documento apresenta muitos exemplos efetivos para melhorar o serviço educativo em áreas de difícil acesso na Amazônia. O primeiro deles é conseguir aumentar o percentual de estudantes que frequentam a escola e completam a educação secundária. Em segundo lugar, garantir que os estudantes formados tenham adquirido habilidades para a vida e para o trabalho.

Sobre as estratégias, o documento aponta: a) aproximar a escola do estudante, implicando na necessidade de resolver problemas de acesso, encurtando distâncias e tempos de deslocamento; b) infraestrutura resiliente, nos casos em que a construção de escolas incorpora medidas de mitigação de riscos; c) conectividade significativa, a partir da criação de condições para que professores e estudantes utilizem serviços de internet que conecte a região ao mundo; d) atrair os melhores docentes, objetivando o foco no aprendizado; e e) oferecer educação intercultural bilingue, por meio de programas de aprendizado adaptados às diferentes culturas e línguas da região; entre outras (Giambruno *et al.* 2024).

4. Conclusões

O financiamento da Educação Básica constitui uma política de Estado essencial para a garantia do direito à educação. A trajetória histórica brasileira evidencia avanços normativos, mas também a permanência de desigualdades estruturais. Nos territórios das Amazônias, os desafios são intensificados pelas condições socioeconômicas e territoriais.

¹ GIAMBRUNO, C. *et al.* Educación en la región Amazónica. 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publications/portuguese/viewer/Educacao-na-regiao-amazonica.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

Quanto aos desafios do financiamento nos territórios das Amazônias, a pesquisa inferiu sobre a quantidade de pessoas que se encontram em idades não correspondentes aos níveis e etapas educacionais, a necessidade da educação no campo e do campo e em comunidades indígenas e quilombolas, além da diversidade de demandas pedagógicas, logísticas e de infraestrutura nas escolas inseridas nas territorialidades amazônicas. Além de outros desafios, como a estruturação de carreiras e salários de valorização do trabalho do professor, a implementação de um Custo Aluno-Qualidade Amazônico, sob responsabilidade da União, e a institucionalização do SNE.

Quanto às possibilidades de se pensar o financiamento da Educação Básica nas territorialidades amazônicas, a pesquisa evidencia que é preciso reconhecer que para haver um salto na qualidade da educação nas escolas localizadas nessa região, faz-se necessária a promoção de políticas públicas que dirimam as assimetrias regionais e socioeconômicas, a começar com investimentos na saúde, educação, geração de emprego e renda, moradia, justiça distributiva, somada à uma política fiscal mais equitativa e que considere as demandas regionais das populações dessa região.

A efetivação de uma educação de qualidade depende de políticas públicas equitativas e contextualizadas. O fortalecimento da cooperação federativa e a ampliação dos investimentos são fundamentais para reduzir assimetrias. O reconhecimento das especificidades amazônicas é indispensável para a construção de políticas educacionais eficazes.

Palavras-chave: Financiamento educacional; Educação básica; Políticas públicas; Amazônias; Desigualdades regionais.

Referências bibliográficas

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Educação na Amazônia: desafios e oportunidades.** Relatório Técnico, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases]. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídico. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

CALLEGARI, Caio. **O Financiamento da Educação brasileira na perspectiva do PNE 2014-2024:** considerações teóricas e práticas sobre o Custo Aluno Qualidade inicial. Tese de Graduação – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo-SP. 2016.

GIAMBRUNO, C. *et al.* **Educación en la región Amazónica.** 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publications/portuguese/viewer/Educación-na--região-amazônica.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2005.

HAGE, Salomão Mufarrej. Educação na Amazônia: identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares. In: HAGE,

Salomão Mufarrej. (Org.). **Educação do campo na Amazônia: Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará.** Belém: Gráfica e Editora Gutenberg, 2005.

MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **RBPAE**, v. 26, n. 3, p. 497-514, set./dez., 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19795>. Acesso em: 20 abr. 2026.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O financiamento da educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Ana Paula. **Educação e desigualdades regionais: o financiamento como política de Estado.** Manaus: Editora da UFAM, 2021.

VIEIRA, Maria do Socorro. **Políticas de financiamento da educação básica: desafios e perspectivas na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2019.

